

Aula 00

*BNB (Analista Bancário) Conhecimentos
Gerais (Tópico 1) - 2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Leandro Signori

04 de Março de 2023

Índice

| | |
|----------------------------|----|
| 1) Globalização | 3 |
| 2) Blocos Econômicos | 8 |
| 3) Guerra Fria 2.0 | 14 |
| 4) Estados Unidos | 16 |
| 5) China | 19 |



GLOBALIZAÇÃO

Globalização e desglobalização

A **globalização** é o **processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta**. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por outros cantos do globo**.

Considera-se que a globalização tem suas origens nos séculos XV e XVI, com a **expansão ultramarina europeia** e a chegada de Cristóvão Colombo à América. Contudo, intensifica-se e se consolida no século XX, sobretudo nos anos 1990, por meio dos avanços no setor de telecomunicações e transportes. Um grande marco foi o surgimento da internet, a rede mundial de computadores, que permitiu trocas de informações (dados, voz e imagens) quase instantâneas, o que acelerou em muito a integração das atividades econômicas.

A **globalização** não é um processo acabado. É um processo em curso, **comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais**. O poder dessas empresas ultrapassa cada vez mais o poder das economias nacionais. **O grande capital financeiro** (bancos, bolsas de valores, especuladores, financistas etc.) **hegemoniza o capital produtivo. Ambos estão cada vez mais entrelaçados**.

Características da fase atual da globalização:

- **Diminuição do poder dos Estados nacionais** em detrimento às grandes corporações multinacionais/transnacionais; – Essas corporações operam em dezenas de países, empregam direta ou indiretamente, cada uma, dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores e movimentam bilhões de dólares anualmente. No mundo globalizado, possuem grande poder de negociação e de influência sobre decisões governamentais e de organismos internacionais e atuam em prol dos seus interesses econômicos. Podem tomar decisões que vão afetar a vida de milhares de pessoas e a economia de uma região ou regiões de um país ou do próprio país.
- **Multipolaridade**, com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.
- **Nova Divisão Internacional do Trabalho** – países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (empréstimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros). Essa divisão é a regra geral, mas não pode ser vista de forma absoluta ou estanque.
- **Predomínio do capitalismo financeiro** – O grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.
- **Predomínio de práticas neoliberais** – Visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.



- **Integração mundial do mercado financeiro** – A revolução nas telecomunicações propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro que opera de forma unificada pelo mundo.
- **Troca instantânea de informações** – Que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.
- **Aumento do comércio mundial**, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.
- **Proliferação de blocos econômicos** – Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias e capitais, ao reduzir barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.
- **Intensificação dos fluxos migratórios** - O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos proporcionou enormes avanços nos meios de transporte, o que ajudou a intensificar os movimentos migratórios em diversas partes do mundo. Contudo, destaca-se o caráter de **seletividade das migrações**, com muitos obstáculos a migração de trabalhadores de baixa renda em direção aos países ricos e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, como cientistas e reconhecidos professores universitários, bem como de pessoas ricas que vão investir nesses países.
- **Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais** – A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.
- **Emergência de uma sociedade civil global** – Os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva à atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

O Neoliberalismo

Pode-se afirmar que a atual fase da globalização tem como pilar econômico o neoliberalismo. Trata-se de um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Segundo seus defensores, a presença do Estado na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento.

Entre os princípios formadores da ideologia neoliberal presentes na globalização econômica, destacam-se:

- Liberdade de mercado;
- Mínima participação do Estado na economia;
- Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos;
- Livre circulação de capitais;
- Flexibilização do mercado de trabalho;
- Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros.

A Quarta Revolução Industrial

A Quarta Revolução Industrial é um processo em curso, que vem ganhando corpo no mundo globalizado.



Está sendo marcada por um conjunto de tecnologias disruptivas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas, onde cada vez mais dispositivos, equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet.

A quarta revolução industrial não se define por cada uma destas tecnologias isoladamente, mas pela convergência e sinergia entre elas. Está ocorrendo uma conexão entre o mundo digital, o mundo físico, que são as “coisas”, e o mundo biológico, que somos nós.

Os avanços propiciados pelas novas tecnologias apontam para significativas mudanças na sociedade.

Com os avanços no campo da Inteligência Artificial, os computadores estão se tornando mais rápidos e inteligentes que os humanos. Na indústria, a linha de produção será quase que inteiramente automatizada, diminuindo radicalmente a mão de obra humana nas fábricas. A automação dos processos e a substituição de mão de obra humana por dispositivos eletrônicos, softwares e robôs deverão eliminar milhões de empregos, inclusive extinguindo algumas profissões.

Contudo, os avanços tecnológicos também estão sendo responsáveis pelo surgimento de novas funções que atualmente não existem. As áreas de Engenharia, Matemática, Ciências e Computação deverão irrigar a tecnologia vigente e gerar novos empregos. Também surgirão oportunidades para os chamados “trabalhadores do conhecimento”, pessoas que lidam com a criatividade, habilidades de negociação, estratégia e análise. Quem tiver a habilidade de resolver problemas complexos terá um maior diferencial. **E, para ter maior competitividade, os países deverão investir em educação.**

Com o aumento do desemprego e a necessidade de um crescimento sustentável, pesquisadores já estudam novos modelos econômicos, como a redução da jornada de trabalho e medidas de redes de apoio social, como o Estado pagar uma renda mínima para o cidadão.

A Quarta Revolução Industrial também poderá aumentar ainda mais a desigualdade entre os países ricos e pobres. As economias mais prejudicadas serão as que usam mão de obra barata como vantagem competitiva, como acontece nos países em desenvolvimento.

A internet das coisas

Produto da Quarta Revolução Industrial, a internet das coisas é um conceito que se refere à interconexão digital de **itens que usamos no nosso dia a dia à rede mundial de computadores**. Cada vez mais surgem eletrodomésticos, meios de transporte, calçados, roupas, casas e uma grande variedade de bens e produtos conectados à internet e a outros dispositivos, como computadores e smartphones.

Consequências da globalização

A produção e o comércio mundial crescem com a globalização. Mas a riqueza concentra-se num pequeno grupo de países, e isso reforça a **desigualdade entre as nações**.

A redução dos impostos de importação é um dos motivos que explicam essa concentração de renda, que beneficiou muito mais os produtos exportados pelos mais ricos. Os mais pobres têm dificuldades para exportar produtos agrícolas para os mais ricos, pois estes subsidiam a produção interna.



Em períodos de crise econômica, os resultados da globalização são dramáticos para os países pobres, pois geram um **custo social altíssimo**. Ocorre o barateamento da mão de obra, o aumento do desemprego e da exclusão social. Outra consequência da globalização é o **aumento da migração** de pessoas dos países pobres para os países ricos.

A globalização não beneficiou a todos. A riqueza concentra-se nas mãos de poucos. Os grupos com rendimentos mais elevados tornaram-se muito mais ricos e as desigualdades sociais aumentaram.

Contestações à globalização e desglobalização

A globalização não beneficiou a todos. A pobreza diminuiu, mas aumentou a desigualdade entre os países e as pessoas. Um grupo reduzido de países e de pessoas concentram a maior parte da riqueza mundial.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a reverem suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a questionar o livre-comércio, os blocos econômicos, a livre circulação de pessoas, a imigração, os estrangeiros. A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar os estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estariam “roubando” os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.

A resposta de muitos governos à crise foi a adoção de políticas nacionalistas, baseadas na exploração do sentimento de identidade nacional para se posicionar na disputa global com outros países. Nesse contexto, partidos e segmentos de extrema direita crescem na Europa, nos Estados Unidos e em outros países pelo mundo. A plataforma dessas agremiações e segmentos privilegia a soberania sobre a economia e as fronteiras e um discurso anti-imigratório e, especialmente, em favor da saída dos países e/ou mudanças substanciais nos blocos econômicos que fazem parte.

As causas da crise de 2008 não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

A guerra comercial promovida pelos Estados Unidos para com a China, as sobretaxas norte-americanas aplicadas a produtos importados de diversos países e o Brexit são exemplos do nacionalismo político questionador de pilares da globalização como o livre comércio e de uma maior integração econômica mundial. O comércio mundial seguiu crescendo, mas, em taxas menores, desacelerou. O protecionismo aumentou, países estão menos abertos e cadeias produtivas estão se reorganizando. Por isso que se diz que o mundo está passando por um período de desglobalização.

Comércio internacional

O comércio internacional nunca foi tão intenso, como nas décadas recentes, mas as exportações dos países ricos cresceram muito mais do que as dos países pobres. Atualmente, apenas dez países (dos 195 do planeta) monopolizam mais da metade de todo o comércio internacional.



Um dos instrumentos desse crescimento foi a criação da **Organização Mundial do Comércio** (OMC), em 1995, com o objetivo de abrir as economias nacionais, eliminar o **protecionismo** (quando um país impõe taxas para restringir a importação de produtos e proteger a produção interna) e facilitar o livre trânsito de mercadorias.

A OMC funciona com rodadas de discussão sobre temas, que chegam ao final quando se fecham os acordos. A Rodada Doha, aberta em 2001 (com prazo previsto até 2006), entrou num impasse não resolvido até hoje. Os países ricos querem maior acesso de seus produtos aos países em desenvolvimento. Esses, por sua vez, buscam restringir as vantagens econômicas, como os subsídios (auxílio financeiro) que os países ricos dão a seus agricultores, e não se chega a um acordo.



BLOCOS ECONÔMICOS

A globalização incentivou e ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.
- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.
- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

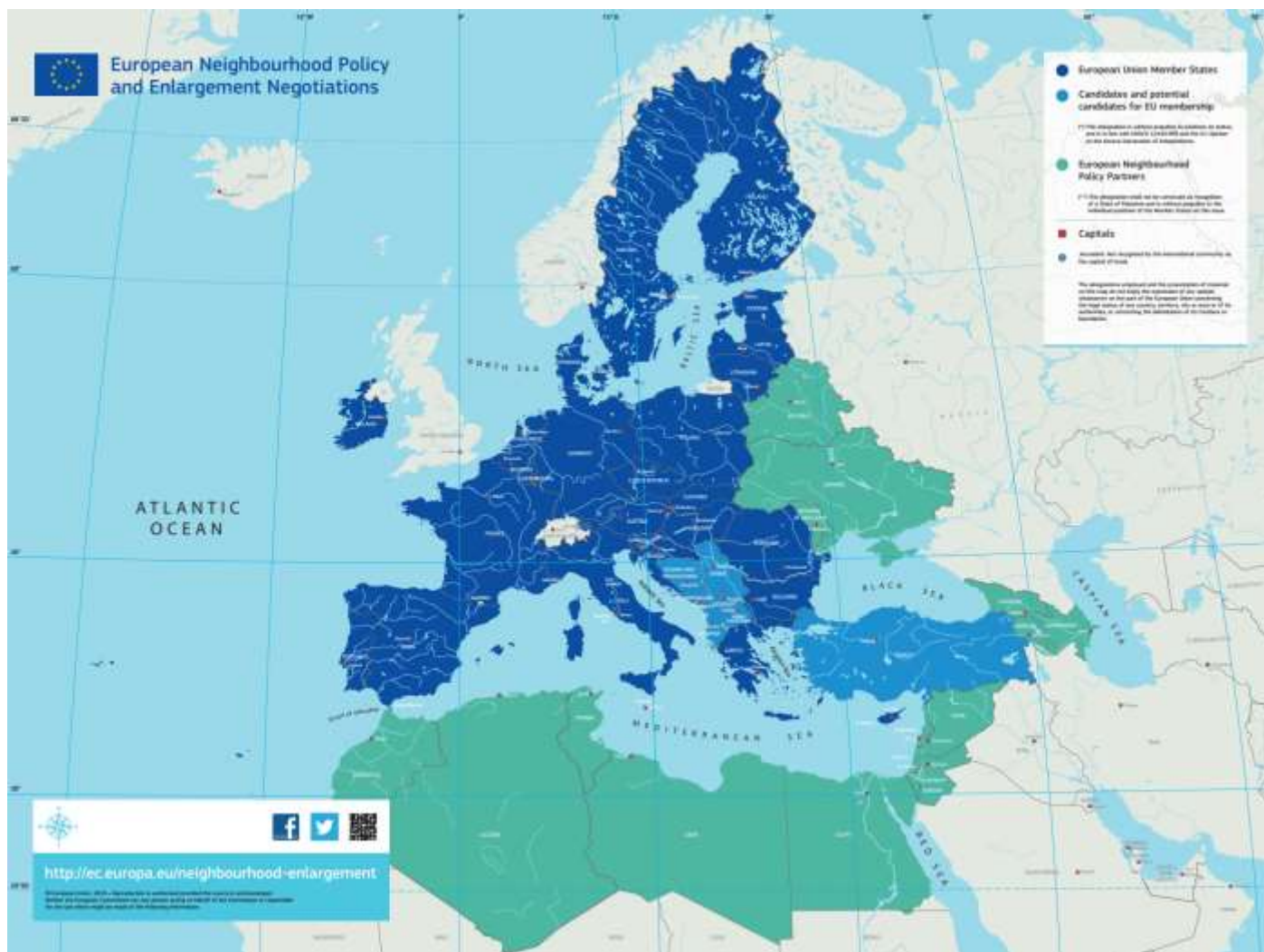
Na sequência, vamos estudar a União Europeia, a mais exitosa experiência de integração regional, e o MERCOSUL, bloco regional do qual o Brasil faz parte.

União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países-membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):





As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única, é adotado por 20 dos 27 países do bloco: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os controles de passaporte foram abolidos e os cidadãos dos países do bloco podem entrar e sair livremente em todos os países para passeio, fixar residência e trabalhar. Contudo, há algumas restrições a esses direitos e, em casos excepcionais, pode ser retomado o controle das fronteiras pelos países, como os relativos à segurança e crises sanitárias. Exemplo foi a pandemia de Covid-19, onde os países fecharam as suas fronteiras temporariamente.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 27 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e quatro



países-membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeterem a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande influxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que foi denominado de **“Brexit”**. O acrônimo é uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída, em inglês). Na votação, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Theresa May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.



O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Os termos do acordo de saída negociado por Theresa May com o bloco europeu teriam que ser aprovados pelo parlamento britânico, que rejeitou a proposta por três vezes consecutivas. Devido a isso, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que também não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída, que foi rejeitado pelo parlamento britânico. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**.

Porém, Johnson conseguiu aprovar o adiamento das eleições gerais do Parlamento britânico, realizadas em dezembro de 2019, vencidas pelo **Partido Conservador**, do primeiro-ministro, que conquistou a maioria dos assentos. Após a vitória eleitoral, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- **Fatura de saída do Reino Unido:** ficou acordado que o Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fora da União Europeia não há mais a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países do bloco. Assim, cidadãos europeus que quiserem residir e trabalhar no país têm que seguir as novas regras migratórias britânicas. O mesmo vale para cidadãos britânicos que quiserem residir e trabalhar na União Europeia, terão que seguir as regras migratórias do bloco europeu.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte:** ao longo do século XX, a organização terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) lutou pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 1998, foi assinado o **Acordo de Belfast**, também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa, que pôs fim as hostilidades entre o IRA e o Reino Unido.

O acordo acabou com o controle da fronteira, permitindo a livre circulação de pessoas, do comércio, de serviços e de capitais entre os dois países, visando uma maior integração entre os irlandeses da ilha da Irlanda. A saída do Reino Unido da União Europeia implicaria na retomada do controle de fronteiras entre ambos, pois a República da Irlanda é um país membro da União Europeia. Havia um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda pudesse reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Contudo, na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas, mercadorias e



serviços continuará em vigor entre os dois países. Exemplo: uma mercadoria poderá sair da Irlanda e entrar livremente na Irlanda do Norte. Mas se essa mesma mercadoria sair da Irlanda do Norte em direção à Inglaterra, Escócia ou País de Gales terá que passar pelo controle alfandegário britânico. O mesmo vale para um cidadão irlandês ou da União Europeia. Na ilha da Irlanda ele poderá circular livremente, mas se sair da Irlanda do Norte em direção aos demais países do Reino Unido vai passar pelo controle de migração e pelas regras migratórias britânicas.

- **Período de transição:** em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**. Parte expressiva do comércio entre ambos continuará livre de tarifas e cotas de exportação. Outra parte estará sujeita ao controle alfandegário, com tarifas aduaneiras e fiscais. A livre circulação de pessoas também deixou de existir. Valem as regras europeias para migrantes estrangeiros e as regras britânicas para migrantes estrangeiros.

Os direitos de pesca em mares britânicos foi um dos principais pontos de conflito entre os dois lados. Boris Johnson teve de ceder e autorizar que pescadores europeus continuem a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Para que o acordo fosse firmado, o Reino Unido precisou garantir que não vai alterar suas regras ambientais ou trabalhistas e nem subsidiar suas empresas, o que daria a eles uma vantagem que as concorrentes do continente não teriam. Nesse sentido, os apoios e subsídios estatais às empresas devem ser adequados e não permitir situações de vantagem no mercado.

MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi fundado em 1991 pela Argentina, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**, que são seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos). A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012, estando atualmente suspensa. A primeira suspensão foi em dezembro de 2016, por não ter adequado no prazo concedido, de quatro anos, legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. A segunda suspensão foi em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente no país.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado-Parte. México e Nova Zelândia são Estados Observadores.



Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns. Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordos Comerciais

Em 28 junho de 2019, o **MERCOSUL** e **União Europeia** assinaram um acordo comercial, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. O acordo será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, para entrar em vigor, deve ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

A expectativa é de que o acordo promova uma retomada no fôlego das relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Para além dos aspectos estritamente comerciais, os dois blocos assinaram uma declaração relativa ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, reiterando compromissos com os acordos multilaterais ambientais, incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**, e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

Para entrar em vigência, o acordo precisa ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos, o que ainda não ocorreu.

O **Mercosul** também assinou um acordo comercial com a **EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio**, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia, em agosto de 2019. Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.



GUERRA FRIA 2.0

A crescente tensão entre Estados Unidos e China, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada Guerra Fria 2.0.

Só para nos lembrarmos: a Guerra Fria “original” foi uma disputa entre duas superpotências na segunda metade do século XX: **Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, liderando um bloco de países capitalistas e socialistas, respectivamente.

Não houve um conflito armado direto entre as duas superpotências. Por isso o nome: Guerra Fria, ou seja, o conflito não chegou a “esquentar” e ir para o campo de batalha. Os dois países foram os grandes vencedores da 2ª Guerra Mundial e buscavam aumentar sua área de influência, tanto por meios materiais – através da economia e do poder bélico – quanto por suas distintas ideologias.

A disputa atual, chamada Guerra Fria 2.0, não tem a característica de iminência de um conflito armado. Mas à semelhança daquele conflito, **a Guerra Fria 2.0 envolve uma disputa de poder geopolítico entre os dois países, sobretudo através do desenvolvimento econômico e tecnológico.**

No seu processo de transformação para a grande potência que é hoje, nas décadas de 80 e 90, a China virou a “fábrica do mundo”, “roubando” muitos empregos norte-americanos. O país também expandiu sua influência geopolítica para áreas que até então estavam sob influência norte-americana, conquistando novos mercados e aliados que até então estavam sob influência dos norte-americanos.

O discurso anti-China, que já era presente durante o governo de Barack Obama (2009-2017), chegou à um nível muito mais elevado com **Donald Trump** (2017-2021), que se elegeu com um discurso de ser mais rígido com a China. No poder, Trump deu início à uma série de retaliações comerciais à China, no que ficou conhecido como **Guerra Comercial**.

Em janeiro de 2020, os dois países chegaram a um acordo para aliviar a guerra comercial, denominado de Fase 1. Mas isso não tornou pacíficas as relações entre os dois países. Ao longo do ano de 2020, Donald Trump endureceu as medidas anti-China. A seguir, listo alguns fatos importantes que ocorreram ao longo daquele ano:

- O ex-presidente desferiu críticas frequentes e contundentes à China na questão da pandemia, responsabilizando o país pela demora no controle sanitário, deixando de evitar, assim, o espriamento do surto do coronavírus de seu território para o resto do mundo.
- Em julho de 2020, Donald Trump ordenou **fechamento do consulado chinês em Houston**, sob justificativa de espionagem econômica e roubo de propriedade intelectual. Em resposta às medidas tomadas pelos Estados Unidos, **a China fechou o consulado americano na cidade de Chengdu**.
- Em abril, maio e julho, os EUA realizaram exercícios militares no Mar do Sul da China, área estratégica, por onde passam boa parte das exportações chinesas.
- Outro ponto de tensão se deu em relação ao aplicativo **TikTok**, a rede social chinesa que dominou o mundo, ganhando também muito espaço nos Estados Unidos. Trump ameaçou banir o aplicativo, sob o



pretexto de que a rede não protege (ou até vaza) os dados dos seus usuários. Como a proposta não se apresentou atraente para os investidores norte-americanos, não houve seguimento.

- Em resposta à nova lei de segurança anunciada por Pequim para Hong Kong, Trump revogou o status de parceiro comercial preferencial, que facilitava negócios, à Hong Kong. Reino Unido, Austrália e Canadá, parceiros dos EUA, também tomaram a mesma medida.

No governo de Joe Biden, não houve mudança de postura. O que há é uma mudança de estratégia. Os Estados Unidos continuam tentando barrar o crescimento da influência geopolítica da China pelo mundo. Conter o expansionismo chinês é uma pauta bipartidária, defendida tanto por democratas quanto por republicanos.

Isso porque, para além de simples questões comerciais, a disputa entre Estados Unidos e China envolve também questões tecnológicas, como a **batalha pelo 5G**, que é a evolução da atual rede de internet, com velocidade muito maior do que a atual 4G.

A empresa chinesa **Huawei** é a maior fornecedora de sistemas 5G e a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva **Meng Wangzhou** - filha do fundador da empresa -, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é o carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.



ESTADOS UNIDOS

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. A posse ocorreu no dia 20/01/2021 e o término de seu mandato ocorrerá em 20/01/2025. A vice-presidente é **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.

O governo de Joe Biden

Joe Biden iniciou o seu governo revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump. O ex-presidente tinha feito o mesmo, em relação a medidas do governo de Barack Obama. Isso demonstra, governos com perfis programáticos bastante diferenciados em vários temas da agenda político-governamental.

Vejamos agora, os principais aspectos e fatos ocorridos no seu governo até o presente.

Covid-19

Os Estados Unidos são o país com o maior número de infectados e de mortes pela Covid-19 em todo o mundo. A postura de Donald Trump frente à pandemia foi muito criticada, tensionando pela rápida reabertura do comércio e da economia, quando da adoção de medidas restritivas por estados e municípios, inicialmente fazendo pouco caso da gravidade da doença e da importância do uso de máscaras de proteção.

A vacinação começou no governo de Trump e acelerou-se na gestão de Joe Biden. Algumas das empresas que lideraram o desenvolvimento de vacinas são norte-americanas, como a Pfizer e Janssen. Ser uma potência na indústria farmacêutica, aliada a decisão governamental de aquisição massiva de vacinas, fez com que não faltassem imunizantes para atender a população. Mesmo assim os Estados Unidos foram o país mais afetado pela pandemia. Isso se deve a rápida disseminação da doença no país e a resistência e negligência de governantes e de parcelas expressivas da população às medidas sanitárias de proteção contra a covid-19.

Biden também recolocou os Estados Unidos como membro da **Organização Mundial de Saúde (OMS)**. Trump havia retirado o país da Organização.

Questão migratória

Joe Biden se elegeu com o discurso de que promoveria mudanças na política migratória norte-americana, diferentemente do que fez Donald Trump, cuja política migratória foi de "tolerância zero" para os imigrantes que estão irregulares ou tentam entrar de forma ilegal nos Estados Unidos.



Inicialmente, o presidente tomou as seguintes medidas:

- ❑ Fim do veto à entrada de cidadãos de determinados países com população de maioria muçulmana.
- ❑ **Paralisação da construção do muro na fronteira com o México.** A construção do muro pouco avançou no governo Trump e era a sua principal proposta para intensificar o bloqueio da entrada de imigrantes ilegalmente por essa fronteira.
- ❑ Envio de um projeto de lei de imigração ao Congresso norte-americano, que propõe regularizar a situação de milhões de imigrantes que vivem ilegalmente nos Estados Unidos.

Em geral, não houve mudanças significativas da política migratória entre um governo e outro. Como geralmente ocorre nos países ricos e desenvolvidos, os Estados Unidos são bastante rígidos na autorização de entrada de migrantes no país. Isso faz com que anualmente, um grande contingente de migrantes entre ou tente entrar irregularmente ou ilegalmente no país. Grande parte entra pela fronteira com México, porém, muitos são detidos e, posteriormente são deportados.

A travessia pela fronteira com o México é perigosa em vários trechos. Muitos migrantes pagam caro para traficantes de seres humanos, conhecidos como "coiotes", que os guiam na passagem ilegal pelo deserto entre os dois países. São frequentes as notícias de pessoas submetidas a maus-tratos, humilhações, estafa e abandonadas a própria sorte durante o trajeto e casos de morte durante a travessia.

Meio Ambiente

O governo Biden lançou várias políticas que visam estimular a utilização de fontes de energia limpas e renováveis em substituição as fontes poluentes e não-renováveis. O objetivo é a reestruturação da matriz energética norte-americana em uma transição para uma economia verde, com baixa emissão de carbono.

Uma das mais importantes medidas de Joe Biden na área ambiental foi o retorno dos Estados Unidos ao **Acordo do Clima de Paris**. Donald Trump havia retirado o país desse acordo climático-ambiental.

Economia

A rápida retomada econômica pós-pandemia de covid-19, com uma demanda bastante aquecida, e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia tornaram a inflação alta um problema global. **Os EUA fecharam o ano de 2022 com uma inflação de 6,5%**, considerada bastante elevada para os padrões norte-americanos.

Para controlar a alta dos preços, o Fed (Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos) tem aumentado progressivamente sua taxa de juros. O índice da taxa básica de juros permaneceu em 0,25% de 01/04/2020 até 16/03/2022, quando passou a ter sucessivas elevações. Em 01/04/2023 o Fed elevou a taxa para a faixa de 4,75% a 5%.

Já o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu 2,1% em 2022. A atividade econômica do país desacelerou em relação a 2021, quando cresceu 5,9%. Naquele ano, porém, o país estava se recuperando da queda de 2,8% registrada em 2020, o 1º ano da pandemia de Covid-19.



Política Externa

O governo de Joe Biden recolocou os Estados Unidos como um líder ativo nas relações internacionais, após os anos de um relativo isolacionismo do governo anterior. A postura é de buscar o entendimento sobre grandes temas internacionais - economia, comércio, meio ambiente, segurança, democracia e direitos humanos - por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC. O país também estreitou os laços com os seus principais parceiros históricos como a União Europeia, Canadá e Japão.

Com relação à China a política continua sendo de tensionar os chineses, sobretudo na área econômica, buscando retardar a ascensão da China como maior economia do mundo ou até impedir que isso ocorra nas próximas décadas. Empresas chinesas em segmentos econômicos considerados estratégicos têm sofrido restrições, como as da internet 5G e dos microprocessadores. Ao mesmo tempo o governo norte-americano tem concedido incentivos para o fortalecimento da indústria nacional nesses setores estratégicos. Essa disputa é conhecida como Guerra Fria 2.0 ou "Nova Guerra Fria".

Nesse sentido, a região da Ásia-Pacífico é uma prioridade da política externa norte-americana. As tensões com a China ocorrem principalmente com relação à Taiwan e ao Mar da China Meridional.

Outro tema é a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Os Estados Unidos lideram a OTAN e o apoio militar e político aos ucranianos. O governo de Joe Biden está determinado a não deixar que a Rússia ganhe a guerra, com o objetivo de manter a sua posição de "líder" do mundo e defensor de uma ordem internacional onde os EUA são o principal ator da geopolítica e das relações internacionais. Entretanto, o apoio norte-americano à Ucrânia não é uma unanimidade entre a população e entre os congressistas, sobretudo por parte dos republicanos.

Eleições presidenciais de 2024

As próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos irão ocorrer no dia 5 de novembro de 2024. A expectativa é de que, assim como em 2020, sejam eleições muito polarizadas, polêmicas e com grande cobertura midiática. Pode se repetir o duelo eleitoral entre Joe Biden e Donald Trump.

O presidente já anunciou que é candidato à reeleição ao cargo em 2024. O Partido Republicano ainda vai escolher o seu candidato em um longo procedimento interno de prévias, conhecido como as eleições primárias. Por enquanto, Donald Trump é apontado como o favorito. Dois nomes importantes que podem disputar com o ex-presidente são Ron DeSantis, atual governador da Flórida, e Mike Pence, que foi vice-presidente de Trump.



CHINA

A China é a segunda maior economia do mundo, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado.

O modelo vigente é denominado “socialismo de mercado”, pelo qual o país mantém ainda um expressivo controle estatal de fábricas e de terras, mas com um crescente setor privado e a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, chamadas de **Zonas Econômicas Especiais**. Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. O governo investe maciçamente em tecnologia para aperfeiçoar continuamente a sua indústria.

O país se tornou o maior produtor e exportador de produtos industrializados no mundo e um grande importador de commodities, para servirem de matéria-prima para a sua produção. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência e firmando parcerias entre os países e a China.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe em projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura para angariar aliados. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

No campo da política interna, o regime de governo chinês é considerado uma ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos. Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado.





Mar do Sul da China

O **Mar do Sul da China** é o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A China reivindica 85% da área do mar, alegando ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

Essa região marítima é rica em reservas de petróleo e recursos pesqueiros e estratégica para o transporte marítimo chinês. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região.

Outro foco de disputa ocorre com o Japão pela posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

Taiwan

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país.





Localização da ilha de Taiwan

Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais. Atualmente, a ilha domina a produção global de **chips** para computador, um componente extremamente importante para as cadeias globais de produção.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado. **A maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada.**

O governo chinês em Pequim tem pressionado militar, econômica e diplomaticamente Taiwan para atingir seu objetivo de longo prazo de “Uma China”: um único país unificado, incluindo a ilha. Mas Taiwan recebe apoio internacional, sobretudo, dos Estados Unidos. A situação da ilha tem sido usada de forma estratégica para os EUA pressionarem a China no cenário das disputas geopolíticas entre esses dois países.

Em setembro de 2022, as tensões entre os dois países se elevaram com a viagem da Presidente da Câmara dos Representantes (Câmara dos Deputados) dos EUA, **Nancy Pelosi**, à ilha de Taiwan. Atualmente, ela é a principal voz do Legislativo americano. A parlamentar sempre defendeu uma atitude dura dos Estados Unidos em relação à China.

A China vê as visitas de autoridades americanas à Taiwan como um sinal encorajador para o campo pró-independência na ilha democrática e autogovernada.

Um dia após sua visita, a China disparou vários mísseis ao redor da ilha, o que foi considerado o maior movimento militar já realizado pela China no Estreito de Taiwan.



A pressão que os Estados Unidos tem estabelecido para com a China e a favor de Taiwan – assim como fez nos acontecimentos de Hong Kong -, tem um contexto muito mais profundo, que é o da disputa tecnológica e econômica entre esses dois países.

Essa crescente tensão entre Estados Unidos e China, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada Guerra Fria 2.0. É uma disputa geopolítica e por áreas de influência no mundo, sobretudo uma disputa de poder econômico, com tentativas de dificultar a evolução do oponente também no desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo na área de informação e comunicação.

Hong Kong

Hong Kong, localizada na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com um pequeno território e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Antiga possessão britânica, Hong Kong foi devolvida à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**". O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas.

O território possui um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Esta "autonomia" é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então têm apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma **proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental**, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, multidões foram às ruas protestar contra esse projeto de lei e pela renúncia da chefe do executivo local, Carrie Lam. Em agosto de 2019, o governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Em maio de 2020, durante a Assembleia Popular Nacional ou Congresso Nacional do Povo, o maior organismo governamental do legislativo chinês, foi apresentada uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. O anúncio da lei desencadeou uma nova onda de grandes protestos na região.

A nova lei, já em vigor, endurece o controle, a repressão e estabelece penalidades mais severas para qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong. Também prevê autorização para que os organismos vinculados ao governo chinês estabeleçam em Hong Kong escritórios com autoridade em termos de segurança nacional.



O movimento pró-democracia de Hong Kong afirma que a medida abre o caminho para um retrocesso sem precedentes das liberdades locais. Com base nessa lei, ativistas políticos foram presos e estão sendo processados e órgãos de imprensa têm sido alvo de repressão das autoridades chinesas.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.